

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI):
EVOLUÇÃO DO MODELO**

ROSANY CORRÊA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)

HENRIQUE CÉSAR MELO RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI): EVOLUÇÃO DO MODELO

1 INTRODUÇÃO

Os impactos ocasionados pelas empresas como dejetos e degradação ambiental estão ligados ao desenvolvimento econômico que além da geração da riqueza, deixa um rastro de destruição no meio natural. O crescimento dos negócios e sua globalização favorecem a deteriorização do meio ambiente e da sociedade (ROSA, 2019). Medidas são tomadas por governos e por empresas para mitigar o efeito negativo das organizações sobre o meio ambiente. Segundo Sachs (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a uma nova concepção de limites e reconhecimento das fragilidades do planeta, ao mesmo tempo em que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas da população (COELHO et. al., 2018). O relatório Nosso Futuro Comum (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) define desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Uma organização que adota a responsabilidade socioambiental presta contas de seu desempenho, econômico, ambiental e social, elaborando relatórios de sustentabilidade para divulgar as partes interessadas (FARIA, 2017), a criação de índices de sustentabilidade passaram a agregar valores a empresas que possuíam este tipo de carteira, trazendo não apenas uma questão de ganho reputacional, mas também ganhos de performance (COSTA, 2017). Diante deste cenário, surgem modelos de indicadores e de relatórios que orientam a implantação e os controles das empresas que desenvolvem ações de sustentabilidade (CORREA, et.al, 2012), a divulgação de informações ambientais retrata a estratégia das empresas em relação ao meio ambiente (MOTA; MAZZA; OLIVIERA, et.al, 2011).

Os relatórios de sustentabilidade que estão em uso no Brasil são o do Instituto Ethos (2011) e o da *Global Reporting Initiative – GRI*, ambos vem apresentando crescimento nas última décadas, em número de empresas que utilizam essa metodologia. O conjunto de diretrizes e indicadores da GRI proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações que utilizam a metodologia (GRI, 2006; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; CAMPOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2013).

A GRI tem suas bases de relatórios na evolução da geração dos seus modelos, o que mostra um empenho na melhoria contínua dos indicadores e sua adoção por diferentes países. Para indicar que um relatório é baseado na GRI, os relatores devem declarar o nível aplicado à estrutura de relatório. Os níveis fornecem um ponto de partida para organizações que elaboram o relatório pela primeira vez, incentivando e reforçando a importância de uma abordagem progressiva para a elaboração de relatórios que aumenta a exigibilidade ao longo do tempo. Podendo ocorrer de forma autodeclarado ou pela verificação externa. Os três níveis de aplicação do relatório são intitulados A, B e C. Os critérios de relato encontrados em cada um dos níveis indicam a evolução da aplicação ou cobertura da estrutura de relatórios da GRI. Uma organização poderá autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), caso tenha sido utilizada verificação externa do relatório (GRI, 2006).

O intuito da divulgação ambiental, então, seria o de informar o desempenho ambiental da organização demonstrando aos *stakeholders* suas intenções e iniciativas para evitar a degradação do meio ambiente (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, et.al., 2011), usando um modelo que proporciona a possibilidade de se autodeclarar ou ser verificado, evidenciando o nível de aplicação e de abrangência do seu relatório.

As empresas estão inseridas em um ambiente com novos desafios, que exige uma postura ética, valores culturais, comportamento ambiental, produtos mais limpos e legislação

cada vez mais rigorosa em relação às questões sociais e ambientais, levando algumas organizações à construção da sustentabilidade (CLARO; CLARO, 2014). A necessidade de socializar as ações sustentáveis desenvolvidas na empresa, que garantam um diálogo transparente por meio de balanços sociais, relatórios de sustentabilidade e indicadores, consolida os mecanismos de divulgação (TONOLLI, et. al., 2017). Para Aligleri et.al.(2009, p.6), o público passou a expressar suas preocupações com o comportamento social das empresas, exigindo maior envolvimento delas na solução dos problemas, questionando o papel das empresas na sociedade.

Em 2014 foi realizada a quarta conferência global da GRI, intitulada “Informação - Integração - Inovação”, reuniu 1.600 delegados de 69 países. Concomitantemente, a GRI divulgou a quarta geração de suas Diretrizes, G4, oferecendo Princípios de Relato, Divulgações Padrão e um Manual de Implementação para a preparação de relatórios de sustentabilidade por organizações de qualquer tamanho ou setor. O G4 Online foi lançado alguns meses depois, uma ferramenta gratuita baseada na Web que apresenta o conteúdo completo das Diretrizes G4 em um formato dinâmico para aqueles que já estão familiarizados com os Princípios de Relatórios e as Divulgações Padrão das Diretrizes G4. (GRI, 2017).

Passados 20 anos desde a criação da *Global Reporting Initiative* e considerando que houve atualizações nas diretrizes a pergunta de pesquisa que se apresenta é: Como estão os níveis de adoção e evolução dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas no ISE/Bovespa comparadas com as empresas do Brasil e do mundo que utilizam as diretrizes da GRI?

Mediante o contexto apresentado e visando proporcionar uma contribuição para a academia, este artigo tem por objetivo verificar o nível de adoção e evolução dos relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* - GRI das empresas do ISE Bovespa comparados com as demais empresas do Brasil e do mundo, tendo como referência os relatórios GRI. Analisando a literatura relacionada aos relatórios de sustentabilidade e níveis de adoção, identificando os aspectos tratados nas publicações mais recente e apontando possíveis *gaps* ainda existentes, que estimulem outros pesquisadores a explorar. A importância deste trabalho se dá justamente na identificação da evolução dos relatórios GRI usados no mundo e na sugestão de futuras pesquisas para desenvolvimento da área de sustentabilidade. O estudo irá contribuir com informação acerca da evolução do modelo do relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, bem como da sua adoção pelas empresas e países.

Este artigo se divide em cinco partes. A primeira, a introdução, apresenta a justificativa, problema e objetivo de pesquisa; a segunda parte contempla a fundamentação teórica da pesquisa, que discorre sobre evidenciação socioambiental, relatórios de sustentabilidade, *Global Reporting Initiative*, Índice de Sustentabilidade Empresarial; seguida do método de pesquisa que aborda os procedimentos de coleta e tratamento dos dados na parte três; a análise e discussão dos resultados na parte quatro, e, por fim, as considerações finais, que apresenta as principais conclusões, limitações da pesquisa e recomendações para futuros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conteúdo da fundamentação teórica contempla os seguintes temas: evidenciação socioambientais; relatórios de sustentabilidade; *Global Reporting Initiative (GRI)* e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

2.1 Evidenciação socioambiental

No ambiente empresarial, a imagem da organização tem se tornado preponderante junto a seus *stakeholders* (CORREA et. al., 2012), as transformações sociais e ambientais que o mundo corporativo passa, sinalizam uma necessidade proeminente de reconhecimento junto à comunidade de ações de transparência nos negócios, e os relatórios de sustentabilidade são a

principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações (PEREIRA et. al., 2015). Para Azevedo (2006), a incorporação da sustentabilidade no universo empresarial esta condicionada a vários aspectos como as crenças do próprio dirigente da empresa, a mobilização da sociedade, a influência do mercado nacional e internacional, a atuação do setor público, a pressão de organismos internacionais, entre inúmeros outros fatores de ordem conjuntural.

Costa (2017) afirma que com a sustentabilidade, as empresas procuram demonstrar o respeito e a preocupação com questões socioambientais, onde elas atuam e estão inseridas, constituindo-se progressivamente em importante elemento estratégico na ação dessas empresas. Considerando as concepções diferentes dos ambientalistas sobre a definição das dimensões de sustentabilidade. Sachs (1997) apresenta um conceito evolutivo e dinâmico, que apresenta cinco dimensões, sendo: sustentabilidade social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

De acordo com Almeida (2002), uma empresa para ser sustentável deve buscar e suas ações e decisões a ecoeficiência, procurando produzir mais e com melhor qualidade, gerando menos poluição e utilizando menos recursos naturais, sem perder de vista a responsabilidade social, condições *sine-qua-non* para alcançar o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; MOURA-LEITE, 2014).

2.2 Relatórios de sustentabilidade

As organizações ao elaborarem seus relatórios, têm nas mãos um instrumento que possibilita consolidar um processo de melhoria sistêmica, além de dialogar com a sociedade sua intenção de transparência na busca do desenvolvimento sustentável (CORREA, et. al. 2012; LARA; OLIVEIRA, 2017). Relatórios de sustentabilidade são documentos descritivos de uma realidade e devem oferecer informações de forma integral da situação encontrada, seja positivas ou negativas. Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável (GRI, 2011). Em sua forma atual, o relato sustentável de uma empresa é a comunicação sobre questões econômicas, sociais e ambientais, que podem ser relatadas de forma independente, ou sistêmico em um relatório anual. Para Veríssimo (2011), os relatórios de sustentabilidade são o resultado de um processo que visa identificar, mensurar e prestar contas sobre as ações das organizações com vistas à sustentabilidade.

Algumas empresas adotam relatórios com modelos próprios, outras organizações adotam modelos reconhecidos que definem exigibilidades próprias que servem para evidenciar as ações socioambientais implementadas. Segundo Castro et. al. (2009), a abrangência do relatório diz respeito não só ao atendimento dos anseios dos *stakeholders* da organização, mas também à contemplação de todas as informações necessárias à análise do perfil socioambiental das empresas.

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável (ETHOS, 2018), trabalha com um questionário que permite o autodiagnostico da gestão da empresa, que permite a obtenção de relatórios, através dos quais se torna possível planejar a gestão da responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade.

A atual geração dos Indicadores Ethos, após 20 anos de sua implementação, Segundo informações do site está continuamente aprimorada, e apresenta uma nova abordagem para a gestão das empresas e procurando integrar os princípios e comportamentos da RSE com os objetivos para a sustentabilidade, baseando-se num conceito de negócios sustentáveis e responsáveis ainda em desenvolvimento. Além de ter maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), com a Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000, CDP, e outras iniciativas (ETHOS, 2018).

Relatório de sustentabilidade é um termo amplo, considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é uma descrição dos impactos econômicos, ambientais e sociais de uma empresa. Azevedo (2006) sugere que, seja sob a forma de balanços sociais, de relatórios socioambientais, ou ainda de relatórios de sustentabilidade, há no Brasil um número cada vez maior de empresas que divulgam publicamente suas ações sociais e ambientais.

O relatório da GRI oferece às empresas a possibilidade de publicarem seus relatórios de sustentabilidade em um padrão global, em um modelo organizado de indicadores e informações (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Essa publicação oferece benefícios gerenciais para as empresas, visto que a GRI é apreciada pelos investidores e considerada ferramenta indispensável para as empresas que negociam seus títulos no mercado mundial (LEITE FILHO, et. al. 2009). A quarta geração das Diretrizes da GRI, G4, foi lançada em maio 2013, revisado para aprimorar e refletir tendências atuais e futuras importantes nos relatórios de sustentabilidade .

A confiabilidade das informações perpassa pelo processo de elaboração do relatório, e quando instrumento tem por base a estrutura dos relatórios da GRI, se torna um grande atributo. As diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho (GRI, 2011). Alguns países por não possuírem modelos próprios de relatórios ambientais adotam os já legitimados, como o relatório GRI, a Grécia, por exemplo, não possui um modelo de indicadores próprio, assim faz uso do sistema EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria e GRI (PAPASPYROPOULOS, et. al., 2010).

As pesquisas realizadas com intuito de analisar as informações evidenciadas sobre o meio ambiente ganham espaço nas últimas décadas, mostrando que países e empresas vão gradativamente aumentando e melhorando as informações sobre a variável ambiental. Buscando se diferenciar dos concorrentes, diversas empresas passam a fazer parte de índices de sustentabilidade em bolsas de valores (SILVA et al, 2009).

2.3 Global Reporting Initiative

O GRI foi criado em 1997, uma instituição não governamental que incentiva empresas a medirem e divulgarem suas práticas de sustentabilidade, por meio de indicadores nas dimensões social, ambiental e econômica, sendo que em 1999 foram elaboradas as diretrizes para o relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), lançado em 2001 (CAMPOS et al., 2009). Em 2002 sofreu a primeira atualização, publicada em 2004 no Brasil, e outra atualização em 2006, chamada de G3, referenciando a terceira geração de indicadores. O lançamento da GRI G3 representou uma grande evolução para os relatórios de sustentabilidade, pela forma que foi revisado, que envolveu mais de 4000 pessoas de todo o mundo para o seu aperfeiçoamento. Para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, a estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI é desenvolvida e continuamente melhorada por meio do engajamento de diversos *stakeholder*, que envolve organizações relatoras e especialistas que, juntos, desenvolvem e revisam o conteúdo da estrutura do relatório (GRI, 2011).

As diretrizes apresentadas pelo relatório abordam a sustentabilidade, buscando um equilíbrio entre o desempenho econômico, social e ambiental, o chamado *triple botton line* (SCANDELARI; CUNHA, 2013). As Diretrizes devem ser usadas como base para todo o processo de elaboração do relatório. Elas são o pilar que se apoiam todas as outras orientações para a elaboração de relatórios e apresentam o conteúdo considerado relevante para organizações de qualquer porte, setor ou localidade. As Diretrizes contêm princípios de relatório e orientações, assim como um modelo de conteúdo do relatório – incluindo indicadores – que delinea uma estrutura de divulgação que as organizações podem adotar de forma voluntária, flexível e progressiva (GRI, 2011).

Segundo Veríssimo (2011), o *Global Reporting Initiative*, é uma instituição independente com o propósito de desenvolver e disseminar diretrizes para os relatórios de sustentabilidade globalmente aplicáveis. Diretrizes estas que são atualizadas a cada dois anos, em revisões periódicas, para se adequar a mudanças e novas necessidades. Conforme as diretrizes para construção dos relatórios de sustentabilidade a missão da GRI é satisfazer essa necessidade, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2011).

Linha do tempo dos principais eventos na evolução da GRI	
Ano	Eventos
1997	GRI founded in Boston, USA
2000	I st version of GRI guidelines launched
2002	GRO board of directors formed
2003	Stakeholder coucil formed
2006	GRI G3 guidelines launched
2007	GRI Regional Hub Brazil established
2008	Certified training partner program established
2009	GRI regional hub greater China region established
2010	GRI regional hub south east Asia established
2011	GRI G3.I guidelines launched; GRI regional hub north America established
2012	GRI G4 guidelines launched
2013	GRI regional hub frica established
2014	GRI sustainability standards board (GSSB) formed
2015	G4 exam launched
2016	GRI sustainability reporting standards lauched
2017	Business reporting on the action platform launched with UM global compact

Quadro 1: Principais eventos na evolução da GRI

Fonte: Elaborado pelos autores

Duas décadas depois de ser pioneira no processo de relato de sustentabilidade em 1997, a GRI é a mais conhecida criadora de padrões de sustentabilidade do mundo, com evolução significativa na estrutura dos relatórios de sustentabilidade, incorporando novos tópicos e melhores práticas à medida que surgem (GRI, 2017). Com base no instituto Ethos (2014), o relatório GRI é o modelo mais difundido mundialmente.

Segundo o site da GRI (2017) ao longo desses 20 anos, a GRI promoveu um impacto na economia global, meio ambiente e sociedade, ajudando mais de 7200 organizações a usar a estrutura GRI de relatórios para divulgar seus impactos de sustentabilidade, bem como capacitam quase 30.000 profissionais para sistematizar a elaboração do relatório de sustentabilidade.

A análise detalhada da estrutura da GRI mostra que o conjunto de diretrizes e indicadores proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (RIBEIRO et. al., 2011)

Para Bassetto (2010), a GRI estabelece princípios essenciais para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização, que representam as metas que os elaboradores tentam aplicar na elaboração de seus relatórios.

Segundo a GRI3 (2011) os indicadores de desempenho de sustentabilidade estão organizados nas categorias econômica, ambiental e social. Os indicadores sociais são subdivididos nas seguintes categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e

responsabilidade pelo produto. Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

Os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio dos processos *multistakeholders* da GRI, que visam identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. A organização deverá relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estar alinhados aos princípios de relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2011).

Os 79 indicadores propostos pelo GRI 2009 envolvem questões sobre desempenho econômico, social e ambiental. Os nove indicadores de desempenho econômico envolvem aspectos sobre Desempenho Econômico Geral (4), Presença de Mercado (3) e Impactos Econômicos Indiretos (2). Os 40 indicadores de desempenho social contemplam Práticas de Mão de Obra e Trabalho Decente (14), Direitos Humanos (9) Desempenho em relação à Sociedade (8) e Responsabilidade pelo Produto (9). Enquanto os 30 indicadores de desempenho ambiental abordam aspectos sobre Consumo de Materiais (2); Energia (5); Água (3); Biodiversidade (5); Emissões, Efluentes e Resíduos (10); Produtos e Serviços (2); Conformidade (1); Transporte (1) e Geral, que contempla gastos e investimentos em proteção ambiental (1). Os suplementos setoriais complementam as diretrizes com interpretações e orientações sobre seu uso, em determinado setor e incluem indicadores de desempenho específicos do setor, não em substituição a elas (PEREIRA, et. al., 2009).

As informações sobre a forma de gestão devem fornecer uma breve visão da abordagem da gestão da organização no que tange aos aspectos definidos sob cada categoria de indicador, visando estabelecer o contexto para informações sobre desempenho. A organização poderá estruturar suas informações sobre a forma de gestão de modo a cobrir a totalidade dos aspectos sob determinada categoria ou agrupar suas respostas para os aspectos de outra forma. Entretanto, as informações sobre a forma de gestão deverão tratar todos os aspectos relacionados a cada categoria, independentemente do formato ou agrupamento, procurando dar uma visão geral sobre os riscos e oportunidades que atingem a organização como um todo.

As principais mudanças nos indicadores G4, (GRI, 2018): materialidade: Princípio: o relatório deve abordar Aspectos que: Reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou Possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de stakeholder; Inclusão de stakeholders Princípio: A organização deve identificar seus stakeholders e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes; Novos requisitos de divulgação de informação sobre a cadeia de fornecedores, em cada pilar (Econômico, Ambiental e Social): as organizações devem reportar informação sobre a gestão das suas cadeias de fornecedores, quando este tema é considerado material; Contexto da sustentabilidade Princípio: O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade; Novos requisitos de divulgação de informação sobre *Governance*, Remuneração, Ética e Integridade; Maior foco nas Formas de Gestão, por via de uma uniformização do seu formato de reporte; Alteração dos indicadores de Anticorrupção e Emissões de GEE (alinhados com o *GHG Protocol* – âmbitos 1, 2 e 3); Substituição dos níveis de aplicação por duas opções de *reporting* “De acordo”: Essencial e Abrangente; Nova tabela GRI, com uma coluna para a verificação externa.

A Global Reporting Initiative (GRI) lançou a quarta versão das suas diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, no final de maio de 2013. Comparativamente com a versão anterior, G3 de 2006, as diretrizes G4 têm a materialidade como principal critério para a sua implementação. Quando finalizado o relatório de sustentabilidade, deverá ser declarado pelos relatores o nível de aplicação da estrutura de relatório GRI. Essa declaração fornece aos relatores, uma visão ou possibilidades da aplicação da estrutura do relatório GRI ao longo do

tempo e aos usuários transparência e clareza sobre até que ponto foi aplicado a estrutura do relatório na sua elaboração.

Declarar o nível de aplicação implica uma comunicação clara e transparentes de quais elementos da estrutura de relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório, os relatores iniciantes utilizam - nível C, os relatores intermediários – nível B, e os relatores avançados – nível A. Os critérios de relato encontrados em cada um dos níveis indicam a evolução da aplicação ou cobertura da estrutura de relatórios da GRI. A organização poderá autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), caso tenha sido utilizada verificação externa (GRI, 2011).

O relatório deverá possibilitar na sua elaboração: clareza, exatidão, periodicidade, comparabilidade e confiabilidade. A preparação das informações deverá ser coerente com esses princípios, que orientam a elaboração, para assegurar a qualidade das informações relatadas, incluindo sua apresentação. Todos eles são fundamentais para uma transparência efetiva (GRI, 2011).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bovespa relaciona as empresas que atendem quesitos de sustentabilidade listada nessa carteira. Divulgar relatórios de sustentabilidade de acordo com o modelo da GRI é uma maneira das empresas que compõem o ISE evidenciar de forma transparente às partes interessadas seus projetos em ações socioambientais.

2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Novas relações se estabelecem entre a empresa e a sociedade, construídas por meio da reputação e do comportamento sustentável, que as organizações propagam nos seus relatórios, que tem um efeito de valoração junto ao mercado. A responsabilidade social e ambiental é entendida como um conjunto de ações voltadas para a estratégia gerencial das empresas, visando ao seu comprometimento com os recursos naturais e ao mesmo tempo contribuindo com o desenvolvimento econômico (DOMENICO et. al. 2017).

Com a criação em 1999 do *Dow Jones Sustainability Group Index*, em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, que disponibilizam indicadores geral do desempenho das empresas, criando valor a médio e longo prazo (ENGELAGE, et. al. 2018).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2018).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) aplicado as empresa que negociam no mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), evidencia uma tendência das bolsas de valores no mundo. O site da apresenta lista com 169 empresas elegíveis na carteira do ISE em 2017. A BM&FBovespa, em conjunto com várias instituições – Abrapp, Ambima, Apimec, B3, IBGC, IFC, IBRACON, GIFE, ETHOS e Ministério do Meio Ambiente e ONU– uniram esforços e criaram o índice de ações usado como referencial para os investimentos socialmente responsáveis e promover as boas práticas no meio empresarial. Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). A B3 é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice,

que desenvolveu um questionário para aferir o desempenho das companhias emissoras das ações (BM&FBOVESPA, 2018)

O índice tem por objetivo promover boas práticas socioambientais para as organizações brasileiras e foi formulado utilizando o conceito do *Triple Botton Line* (TBL) que avalia, de forma integrada, as dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas (LINS E SILVA, 2009). O índice, de acordo com a BM&FBovespa tem como objetivo de ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial (DINIZ; CALLADO, 2017), atende a uma demanda crescente de investidores preocupados em aplicar seus recursos nos chamados investimentos socialmente responsáveis (BMFBOVESPA, 2018). O ISE serve como uma referência para indicar quais ações, dentre as negociadas pela Bovespa, são mais seguras a longo prazo tendem a representar menor risco ao investimento (LINS E SILVA, 2009). O ISE objetiva comparar o desempenho de empresas listadas na BM&FBOVESPA sob os aspectos da sustentabilidade (LEITE FILHO, et.al. 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem o trabalho foi qualitativo, segundo Creswell (2010) os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de textos e imagens, e se valem de diferentes estratégias de investigação.

Em relação aos procedimentos técnicos, a referida pesquisa será do tipo bibliográfico e documental. Acevedo e Nohara (2007), afirmam que o levantamento bibliográfico consiste na busca de estudos anteriores que já foram produzidos por outros cientistas e que geralmente são publicados em livros ou artigos científicos. Em relação à pesquisa documental, Gil (1999) afirma que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Pretende-se realizar uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade de empresas que declaram em conformidade as diretrizes GRI.

O universo da pesquisa foram as duzentas e sessenta e três empresas brasileiras que participam do ISE da Bovespa em 2016, e 31 delas que relatam seus relatórios de sustentabilidade referenciadas pela GRI.

3.1 Procedimentos de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada no *Report List* GRI anos entres 2009 a 2017, disponível no site da GRI, com o objetivo de verificar a evolução desses relatórios nas empresas que relatam no modelo no mundo, no Brasil e no ISE Bovespa. A utilização de dados secundários possibilita a resolução de questões já conhecidas e explorar outras questões, ainda não investigadas (MARCONI; LAKATOS, 2007).

3.2 Procedimentos de tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado por meio do software *Excel* (2007) utilizando a estatística descritiva e na análise foram considerados os seguintes tópicos: a evolução das empresas no mundo que adotam o modelo da GRI; a adoção do relatório no Brasil; o crescimento evolutivo no Índice de Sustentabilidade da Bovespa; e os níveis de aplicação adotados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão da literatura evidencia que a publicação de relatórios de sustentabilidade caracteriza-se como boas práticas ambientais. O estudo mostra que as empresas pesquisadas, passaram por uma evolução nos níveis de aplicação da GRI.

A análise revela primeiramente (Gráfico 1) um crescimento do número de empresas que relatam usando o modelo da GRI no mundo, sendo que no ano de 1999, somente 11 empresas faziam uso do modelo, em 2007 foram 711, em 2011 foram 1940, chegando em 2016 com 3880 empresas. A utilização do modelo de relatório GRI corresponde a um crescimento ascendente, nos 19 anos de seu uso no mundo, uma vez ainda não ter disponível os relatórios na íntegra do ano 2017, o que evidencia a legitimação do modelo no mundo.

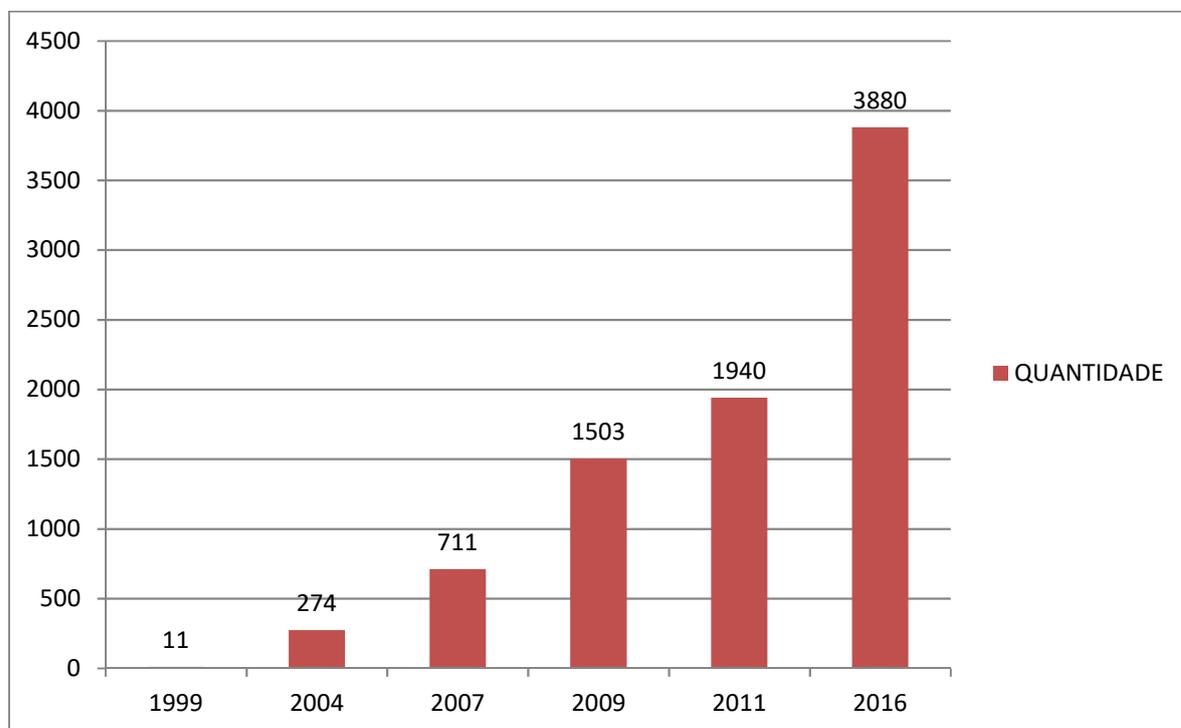


Gráfico 1: Empresas no Mundo

Fonte: Dados da pesquisa

A escolha do modelo do relatório e por ser uma decisão voluntária, acaba fazendo com que as empresas optem por modelos consolidados. Para Clarkson et al. (2008) afirma que as decisões voluntárias das empresas para preparar um relatório de acordo com o modelo da GRI, irá resultar em divulgação de um relatório que apresenta a indicação de um bom desempenho ambiental.

Já no Brasil o uso do modelo GRI corresponde a um crescimento entre os anos de 1999 a 2016, como mostra o Gráfico 2. O relato por meio dessa estrutura está evoluindo de maneira significativa, mostrando que as empresas no Brasil em 2016 foram 263 empresas que relataram usando o modelo, e estão acompanhando a tendência internacional na evidência das informações de sustentabilidade.

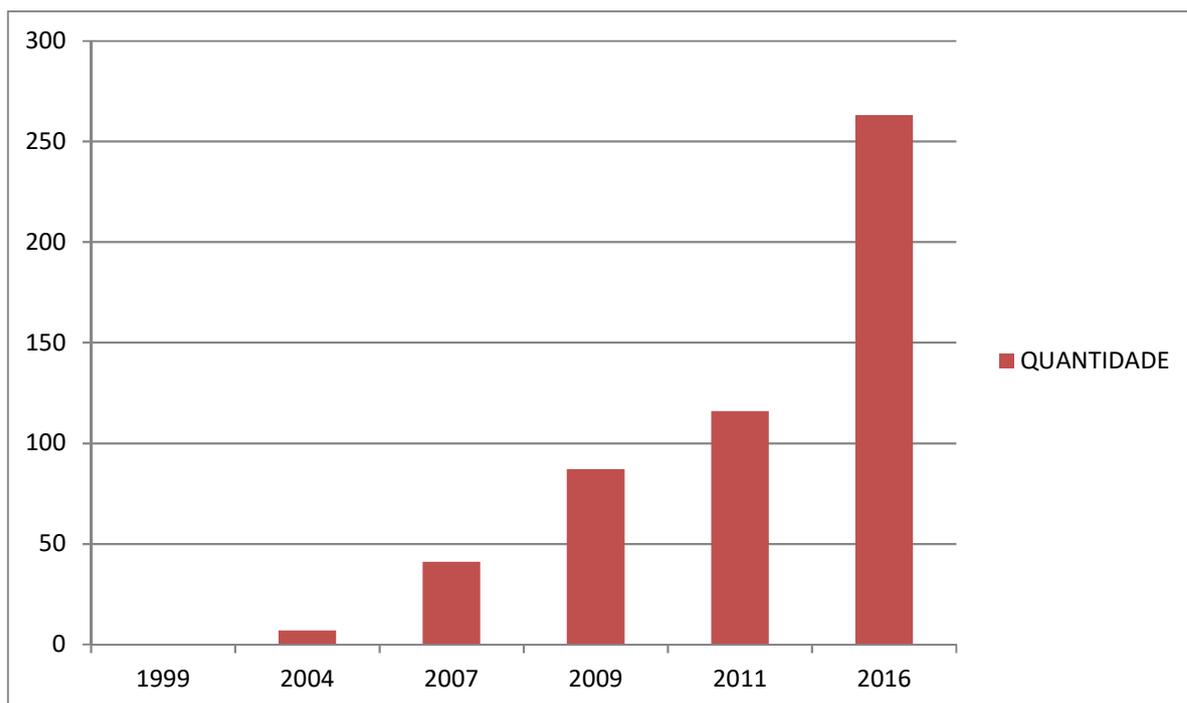


Gráfico 2: Empresas no Brasil

Fonte: Dados da pesquisa

As empresas do ISE da BMF&Bovespa também seguiram a mesma tendência na adoção ao modelo da GRI com crescimento significativo no período de 2005 a 2010, conforme Gráfico 3. Tal crescimento é decorrente do fato das empresas da carteira do ISE selecionadas dentre as emissoras das 200 ações mais líquidas por adequarem ao questionário do ISE (BMF&BOVESPA, 2011), com os indicadores de sustentabilidade.

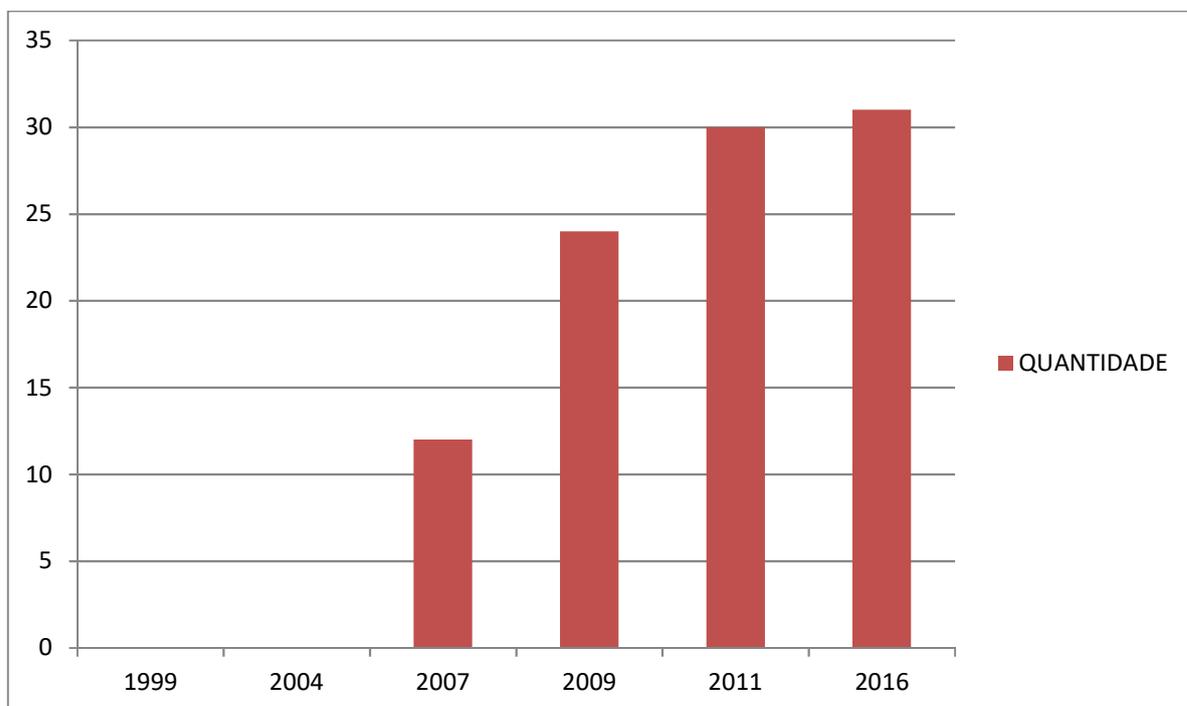


Gráfico 3: Empresas nacionais atuantes no ISE

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 3 mostra a adoção das empresas do ISE ao modelo de relatório de sustentabilidade da GRI. Pode-se considerar muito significativo a implementação ao modelo, uma vez que o crescimento apresenta uma evolução de doze empresas em 2007 para 31 empresas em 2016. Percentualmente a adoção por ano apresenta de forma gradativa e ascendente, legitimando o modelo de relatório GRI, junto às empresas do ISE/Bovespa.

De acordo com site da *Global Reporting Initiative* (2018), no ano de 2016 foram publicados, no mundo, cerca de 5695 relatórios de sustentabilidade, e no Brasil 263 relatórios, o que corresponde aproximadamente 6% do total de relatórios da GRI no mundo.

Ano	GRI G4	Citing GRI	GRI Reference	NON GRI	GRI G3	GRI G3 A	GRI G2	GRI GA
1999							277	1
2004					1	573	144	
2007			2	1			2	
2009			4		1537			
2011			8	1	1722			
2016	3235	639		6	1815	342		

Quadro 2: Níveis dos relatórios do com verificação em uso no mundo

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 2 apresenta os níveis de relatórios em uso no mundo e o que se identifica é que no ano de 2016 os relatórios no modelo GRI G4 representou 54% do modelo adotado pelas empresas o que evidencia adoção do modelo de relatório mais completo Contudo é possível perceber que à evolução dos níveis ocorre de forma gradativa em todos os níveis, demonstrando que as empresas ao preencherem seus relatórios, percorrem o caminho dessa evolução de forma gradual.

Na pesquisa de Campos et al. (2013) que descreveram a evolução da publicação mundial de relatórios de sustentabilidade organizacionais, com base nos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), no período de 1999 a 2010. Os resultados reportam que:

74,80% dos relatórios foram publicados no nível de aplicação G3, além de que existe forte movimento de publicação nos níveis mais elevados de aderência ao padrão GRI (A e A+) e com verificação externa, sobretudo a partir de 2006 e 2010. Mediante uso de análise de correspondência entre os 13 principais setores de atuação e os 14 principais países de origem das empresas que publicaram relatórios pela GRI, percebe-se a ligação entre os Setores de Energia, Serviços de Energia e Construção com o Brasil. A Europa ganha destaque em relatórios do setor de Produtos Alimentícios e Bebidas, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Logística e Construção. Os menores indicadores de correspondência são referentes à África do Sul, bem como ao setor de Mineração. Concluiu-se que as diretrizes GRI vêm ganhando a adesão gradativa de organizações localizadas nos mais diversos países e regiões, pelas preocupações que tais indicadores possuem com os multistakeholders, além de conferir credibilidade e transparência à gestão das organizações (CAMPOS et al., 2013).

O Quadro 3 mostra a evolução do Relatório da GRI e dos níveis de aplicação no Brasil, em 2016 pode ser verificado que houve uma adoção significativa no modelo GRI G4, representando 74% dos relatórios, evidenciando uma evolução das empresas que informam no relatório mais completo.

Nível de aplicação dos relatórios no Brasil						
Ano	GRI-G4	Citing -GRI	NOM GRI	GRI G3	GRI G3.1	GRI G2
1999						

2004						7
2007				34		4
2009				84		
2011				111	5	
2016	181	16	32			

Quadro 3: Níveis dos relatórios com verificação em uso no Brasil

Fonte: Dados da pesquisa

Estudo feito por Basseto (2010) sugere que a GRI é um modelo de evidenciação que está limitado aos aspectos qualitativos, uma vez que as próprias diretrizes não avançaram ainda para um grau de detalhamento e de comprovação efetiva de resultados que possam ser mensuráveis. Esse resultado pode incentivar um aperfeiçoamento no modelo, uma vez que está em processo e adequação permanente, o que é verificado nas mudanças do modelo desde que foi criado (CORREA et. al. 2012) O estudo de Madalena et. al. (2012) identificou uma melhoria na divulgação socioambiental, que pode levar a fortalecer a imagem da empresa e pode ocorrer de forma intencional ou não.

O que é confirmado pelo estudo de Ferreira-Quilice e Caldana (2015) que nas suas conclusões diz que não é possível afirmar que melhorar a imagem das organizações esteja entre os objetivos da GRI, mas, a partir do momento em que ela permite que as empresas possam medir o seu desempenho social, fornece uma ferramenta de marketing. Uma vez que os impactos relacionados a adoção do relato no modelo GRI vêm sendo cada vez mais evidenciados, na medida que a informação é difundida e seu entendimento é maior entre a população, o que ficou confirmado nesse estudo.

Complementa esta afirmação a pesquisa de Oliveira et al. (2013) os quais afirmam que organizações que publicaram relatórios socioambientais até 2008 ainda é reduzido. Contudo, observa-se crescente adesão, demonstrada pelo número de publicações, sobretudo na Europa. As empresas brasileiras responderam por metade do volume de publicações em 2008 na América Latina e o setor de energia liderou esse processo no país com 35% da amostra.

5 CONCLUSÃO

Ao fornecer diretrizes para relatórios, a *Global Reporting Initiative* visa promover a responsabilidade ambiental e a transparência, promovendo uma uniformidade nos relatórios e apesar da evolução no aumento da adoção de relatórios no modelo da GRI, evidenciado nesse estudo, e do aumento do número de empresas que adotam o modelo, ainda pode ser considerado inferior se comparado a quantidade de empresas que atuam no mercado

O objetivo do estudo foi verificar o nível de adoção e evolução dos relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* - GRI nas empresas, e seus níveis de aplicação das empresas do ISE comparados com as demais empresas do Brasil e do mundo.

Os principais resultados mostram um processo evolutivo na adoção do modelo *Global Reporting Initiative* no mundo, bem como uma adoção das empresas a níveis crescentes de evolução do relatório de nível G1 para o nível G4. No Brasil esta adoção ao relatório também vem evoluindo, tanto na implantação como na evolução dos níveis dos relatórios, bem como das empresas que relatam na ISE. Confirmando a consolidação e a legitimação da metodologia da GRI de divulgação de relatórios de sustentabilidade.

As Diretrizes da GRI G4 representam um código de conduta e um padrão de desempenho, vistos com materialidade, evidenciado nas 3235 empresas que usam esse nível no mundo, dos quais 6% são empresas brasileiras, propiciando assim maior credibilidade das informações socioambientais aos seus *stakeholders*.

A GRI tem suas bases de relatórios na quarta geração do modelo, GRI-G4, o que mostra um empenho na melhoria contínua dos indicadores e sua adoção por diferentes países. Os resultados da pesquisa mostram a evolução permanente dos relatórios, na busca do nível mais

aprimorado de relatório de sustentabilidade, e com adoção significativa no Brasil, o que legitima o modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*.

Ficou evidente uma evolução significativa na adoção ao modelo GRI pelas empresas nos três níveis, e no Índice de Sustentabilidade Empresarial. Como contribuição do estudo temos o resultados da pesquisa que mostra a evolução permanente dos relatórios, na busca do nível mais aprimorado de relatório de sustentabilidade, e com adoção significativa no Brasil, o que legitima o modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*.

Espera-se que o impacto destes resultados e conclusões passam auxiliar e estimular a academia a prática do uso de relatórios de sustentabilidade como fonte de pesquisa.

Ainda se fazem necessários, outros estudos que se aprofundem na análise dos relatórios de sustentabilidade e das práticas implementadas pelas empresas na forma de estudos de caso e estudos de casos múltiplos que estabeleçam comparação entre elas.

Sugere-se para futuros estudos atualizar as informações com todas as empresas do ano de 2018, o que configuraria uma abrangência total das empresas durante o período dos 20 anos de GRI no mundo e no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J.; **Monografia no curso de administração**: guia completo de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2007.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009

AZEVEDO, A. L. V. 2006. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica** v. 5, p. 75-93. 2006. Disponível em: <http://www.redibec.org/IVO/rev5_>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial. ISE- Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/>> . Acesso em 12 ago. 2018.

CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. de A. S.; ROSSETTO, A. M.; CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M. MACEDO, M. A. S. Indicadores Ambientais Essenciais: Uma Análise da Sua Utilização nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano, Elaborados pela Versão “G3” da Global Reporting Initiative. **Anais Eletrônicos...** 1st South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR 2009.

CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. de A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. de A. L.; DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P. Sustentabilidade estratégica: existe retorno no longo prazo? **Revista de Administração da USP**, v. 49, n. 2, p. 291-306, 2014.

COELHO, C.; MACEDO, J. D. F. de; COELHO, A. L. de A. L.; SILVA, A. W. P. da; SANTOS, H. C. C. dos. Desenvolvimento sustentável no Acre: a execução orçamentária sob o enfoque da gestão ambiental. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 93-116, 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro em Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORREA R.; SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO H.C.M; RUIZ M. S., Evolução dos Níveis Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.7, n. 2, jul\dez, 2012.

COSTA B. L., Índice de sustentabilidade empresarial: evolução de questões socioambientais na esfera corporativa. **Monografia** do curso de Ciências Contábeis. p. 59 Universidade de Brasília – UNB, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DINIZ, M. L. F.; CALLADO, A. L. C. Mensurando a sustentabilidade empresarial através do grid de sustentabilidade empresarial (gse): um estudo em empresas do setor gráfico. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 105-122, 2017.

DOMENICO D; D.; TORMEM L.; MAZZIONI S., Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o global reporting initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**.v.16, n. 49, p. 84-100, set/dez. 2017.

ENGELAGE, E.; PRIOR, N. L.; BORGERT, A. Disclosure of green logistic: a study in companies listed on the business sustainability index. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 117-138, 2018.

ETHOS, **Relatório de Sustentabilidades GRI 3.1. – 2014**. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/relatorio-de-sustentabilidade-gri-3-1/#.XSJjbuKjIU>> Acesso em 03 jun.,2019

ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios Sustentáveis e Responsáveis**. 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/indicadores>>. Acesso em 10 ago. 2018.

FARIA, M. J. da. S. Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, Edição Especial, p. 1-25, 2017.

FERREIRA-QUILICE, T.; CALDANA, A. C. F. Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. **Revista de Administração da USP**, v. 50, n. 4, p. .405-415, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes G3**. Disponível em: <www.globalreporting.org> Acesso em: 14 mar. 2018.

GRI- Global Reporting Initiative. **Report List**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportServices/GRIReportsList/>> Acesso em: 12 ago. 2018

GRI - Global Reporting Initiative. **Home**. 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/AboutRFPRT.htm> >Acesso em: 13 abr. 2019

GRI- Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade de GRI - 2006**. Disponível em <[http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3./](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3/)>. Acesso em 10 mar. 2018.

GRI – Globalreporting. **Sobre o Global Reporting Ininiative, 2017** <[https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's history.aspx](https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's%20history.aspx)>. Acesso em 02 ago. 2018

GRI Global Reporting Initiative. **GRI G4 Guidelines and ISO 26000:2010 How to use the GRI G4 Guidelines and ISO 26000 in conjunction**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em 25 jul.2019.

GRI – **Princípios para relato modelo G4**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>> Acesso em: 10 ago.2018.

INSTITUTO ETHOS. **Parceria Ethos/GRI**.2011. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>Acesso em: 18 mar. 2019.

LARA, L. G. A. de; OLIVEIRA, S. A. de. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 1-23, 2017.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES T. N. Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. XXXIII EnANPAD. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/>>. Acesso em: 02 fev.2019.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, 2009.

MADALENA, Joana Duarte et al. Estudo dos relatórios de sustentabilidade GRI de empresas brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 566-579, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/viewFile/20021/pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório e publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTA, M. O; MAZZA, A. C.; OLIVEIRA, F.C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: desenvolvimento sustentável, aumento de competitividade ou camuflagem organizacional? XXXV EnANPAD. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro ANPAD,2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/>>. Acesso em: 09 fev.2019.

OLIVEIRA, F. F. de; MOURA-LEITE, R. C. As práticas de responsabilidade social de empresas modelo em sustentabilidade. **Revista Ciências Administrativas**, v. 20, n. 1, p. 249-284, 2014.

OLIVEIRA, M. de A. S.; CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2013.

PAPASPYROPOULOS K. G.; BLIOUMIS V.; CHRISTODOULOU A. S. Environmental reporting in Greece: The Athens stock exchange. **African Journal of Business Management** v. 4, p. 2693-2704, 4 october, 2010. Disponível em: <<http://academicjournals.org/AJBM>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PEREIRA, N. S. P.; PEREIRA, C. A.; MONTEIRO, R; P.; PAIXÃO FILHO J. M. Relatórios de sustentabilidade: ferramenta de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v.3, p. 55-70, 2015.

PEREIRA, R. S.; FARIA, A. C.; SOUZA, M. T. S. Análise de indicadores de sustentabilidade no segmento químico e petroquímico. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. XXXIII EnANPAD. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

RIBEIRO, H. C. M.; GOMES, N. B.; SOUZA. Evidenciação das Informações sobre Emissões de GEE das Empresas Listadas no ISE Bovespa. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS. XIV SIMPÓI. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: EAESP/FGV, 2011. Disponível em: <<http://www.simpoi.fgvsp.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ROSA, F. C. S., Evolução da divulgação de informações contábeis de natureza, ambiental e social: o caso Natura. **Monografia**, p. 25, Faculdade de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SACHS, I., Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? *Estudos Avançados*. São Paulo, v.11, n.30, mai/ago 1997.

SCANDELARI, V. do R. N.; CUNHA, J. C. da. Ambidestralidade e desempenho socioambiental de empresas do setor eletroeletrônico. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 183-198, 2013.

SILVA, J. O. et al. Evidenciação dos Custos Ambientais nas Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial. In: Encontro Nacional e Internacional sobre Empresarial e Meio Ambiente. XI Engema. Anais Eletrônicos... Fortaleza: Unifor, 2009. Disponível em: . Acesso em 12 jun. 2011.

TONOLLI, B. B.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Influência dos investimentos ambientais e dos indicadores econômico-financeiros na seleção de empresas para compor o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 48, p. 69-85, 2017.

VERÍSSIMO, C. M. O. **Auditoria e Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentoraexa/> Acesso em: 11 abr. 2019.